

ISSN 1984-5588

Textos para Discussão FEE N° 123

Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Resenha de “O capital no século XXI”

**Róber Iturriet Avila
Antônio Tedesco Giulian**

Porto Alegre, agosto de 2014



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Secretário: João Motta



**Fundação de
Economia e
Estatística**

DIRETORIA

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

CENTROS

Estudos Econômicos e Sociais: Renato Antonio Dal Maso

Pesquisa de Emprego e Desemprego: Dulce Helena Vergara

Informações Estatísticas: Juarez Meneghetti

Informática: Valter Helmuth Goldberg Junior

Documentação: Tânia Leopoldina P. Angst

Recursos: Maria Aparecida R. Forni

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, ou de interesse da instituição, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. Todas as contribuições recebidas passam, necessariamente, por avaliação de admissibilidade e por análise por pares. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>

Resenha de “O capital no século XXI”

Róber Iturriet Avila

Bacharel, Mestre e Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pesquisador da Fundação de Economia e Estatística e Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Graduando da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, estagiário da Fundação de Economia e Estatística

Antônio Tedesco Giulian

Resumo

Esse texto é uma resenha de O capital no século XXI de Thomas Piketty. O livro obteve grande repercussão por tratar da questão distributiva. O autor resgata o debate teórico da distribuição com amparo no seu estudo inédito em um prazo temporal extenso, se iniciando no ano 1700 até o atual estágio. Além de dialogar com outros teóricos, edifica sua própria construção teórica para explicar a desigualdade. O livro aponta o crescimento da desigualdade de renda e de riqueza após 1980 e traz proposições políticas para reversão desse processo. Além do resumo, esse texto traz considerações críticas à Piketty.

Palavras-chave: distribuição; divergência; Thomas Piketty.

Abstract

This text is a review of Capital in the twenty-first century by Thomas Piketty. The book had a great repercussion for treating distributive issue. The author rescues the theoretical discussion of the distribution supported in his pioneering study in a lengthy timeframe, beginning in 1700 until the current stage. In addition to this, there is a dialogue with other theoretical and he builds his own theoretical construct to explain inequality. The book points out the growing inequality of income and wealth after 1980 and brings policy proposals to reverse this process. In addition to the summary, this text provides critical considerations to Piketty.

Keywords: distribution; divergence; Thomas Piketty.

JEL: O15, O38.

1 Introdução

O livro de Thomas Piketty, *O capital no século XXI*, publicado em 2013 e traduzido para o inglês em 2014, obteve uma repercussão incomum dentre os textos advindos da área de economia. O sucesso não foi fortuito. Após quinze anos de pesquisa, o autor aborda de maneira acessível um tema que foi o centro do estudo da Economia Política nos séculos XVIII e XIX, mas que perdeu espaço na Ciência Econômica: a questão distributiva. Além de instigante, sua abordagem temporal se inicia no ano 1700, contemplando desde o nascedouro do capitalismo até o atual estágio do capitalismo financeiro. O livro tem duas facetas: uma demonstração empírica sobre a distribuição e uma construção teórica sobre os fatores que levam à convergência ou à divergência distributiva. O autor resgata o debate teórico da

distribuição com amparo no seu estudo inédito em um prazo temporal extenso. Embora abranja o mundo, seu trabalho está centrado nos oito países¹ mais desenvolvidos, com destaque à França e aos Estados Unidos (EUA). A partir desse escopo, Piketty trata do crescimento econômico, da participação do capital e do trabalho no produto, da distribuição da renda por decis, da tributação sobre o capital, da relação entre mérito e renda, do papel da herança na concentração de riqueza, da transformação do capital ao longo dos séculos, de democracia, de política, reflexões sobre o século XXI, entre outros assuntos.

Há que pontuar, inicialmente, alguns conceitos básicos para a apreensão das ideias. Um deles é a *riqueza*, que é uma variável estoque, ou seja, considera o acúmulo progressivo de bens móveis e imóveis, dinheiro, companhias entre outros. Já a *renda*, uma variável fluxo, é a remuneração dos fatores de produção, tendo Piketty repartido em capital e trabalho. Ambas categorias possuem relação com a concentração, mas trazem dados diferentes. A distribuição de riqueza elucida a concentração da posse e a distribuição de renda envolve a participação do capital e do trabalho no que é produzido. Ao longo do trabalho, Piketty focaliza na distribuição de renda, trata da participação do capital e do trabalho, mas também da concentração entre os trabalhadores e os donos do capital. O conceito que o autor utiliza de *capital* não é aquele comumente abordado na literatura econômica. Para ele, capital é formado por ativos não humanos que podem ser trocados e adquiridos (propriedades, volume financeiro, máquinas, infraestrutura, reservas de petróleo, entre outros). Desse modo, ele considera capital como sinônimo de riqueza.

A principal fonte de dados é a declaração de renda do capital e do trabalho aos órgãos fiscais dos países. O detalhamento de dados de herança é explorado a partir dos dados da França.

Além da introdução, o livro se divide em quatro partes. A parte I traz alguns conceitos e aborda o crescimento populacional e econômico desde a revolução industrial. A parte II trata da participação do estoque de capital sobre a renda e a transformação do capital ao longo do tempo. A parte III entra na desigualdade estrutural, na participação do capital e do trabalho na renda, na importância da herança na concentração de renda e nas perspectivas de distribuição no longo prazo. A parte IV demonstra o histórico tributário de alguns países, traz prospecções para solucionar a tendência de concentração e para o financiamento do Estado Social através da taxaço sobre o capital e de progressividade tributária. Três são as contribuições mais relevantes que o estudo efetua: i) a compilação de dados e a explicitação da concentração de renda e da riqueza no mundo a partir de 1980, com as políticas liberalizantes, com destaque para o crescimento exponencial da participação do 1% mais rico e do 0,1% mais rico, em especial nos Estados Unidos; ii) debater a relação entre mérito e riqueza, trazendo dados que mostram que a herança e a remuneração sobre o capital são mais determinantes na riqueza do que o acúmulo de conhecimentos e habilidades. Além disso, o autor articula essa questão com a política, remontando o papel central dela na organização social e econômica; iii) proposições para o ajustamento distributivo a fim de que o capitalismo seja controlado para o interesse geral, por meio da democracia.

¹ Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Canadá e Austrália.

2 O capítulo introdutório do livro

No início da edificação teórica da Economia Política, os dois grandes pilares do estudo eram a produção e a distribuição. David Ricardo via a questão distributiva como o objeto da economia e a justificativa para a construção de um discurso científico na área. Ao longo da solidificação científica e metodológica, entretanto, a produção e a distribuição foram compreendidas como formadoras de serviços produtivos empreendidos pelo capitalista. Nesse sentido, elas conformam momentos interdependentes e reciprocamente determinados, cuja lógica e mecanismo são dados pelo precificador no nível de mercado. Os rendimentos dos agentes econômicos passaram a ser majoritariamente compreendidos como proporcionais à contribuição de cada um ao processo produtivo. Assim, houve uma simplificação da distribuição para a demanda de fatores e para a produtividade de cada insumo. Essa última, no caso do trabalho, guarda proporção com o esforço e o mérito pessoal.

Em termos teóricos, Piketty dialoga, sobretudo, com Simon Kuznets e Karl Marx, mas também com Thomas Malthus, David Ricardo, Robert Solow, Vilfredo Pareto e com o modelo Cobb-Douglas. Malthus defendia o fim de benefícios assistenciais, já que esses levariam a reprodução de pobres e ao caos. Na França, o crescimento populacional do século XVIII levou à estagnação dos salários na agricultura e à elevação da renda da terra, o que auxiliou na aversão à aristocracia e na consequente Revolução Francesa.

A teoria da renda da terra previa o crescimento do preço da terra, fazendo a apropriação rentista crescer. Ricardo via na aristocracia uma limitação do progresso. Entretanto, a parcela dos alimentos na renda se reduziu ao longo do tempo. Seria um erro não considerar a escassez para entender a distribuição, todavia esse ajuste pode levar séculos, o que alargaria a diferença da distribuição, devido a mudanças nos preços relativos.

Marx viveu em um período de miséria do proletariado industrial, êxodo rural e incremento na produtividade. Entre a primeira e a sexta década do século XIX, os salários estagnaram em um patamar baixo e os lucros subiram. A participação do capital, dos alugueis e da renda da terra no produto crescia. A queda da taxa de lucro ou o crescimento indefinido do capital no produto uniria os trabalhadores. Contudo, a fatia do capital caiu no final do século XIX, mesmo que a desigualdade não tenha caído até a Primeira Guerra Mundial (PGM). Marx teria negligenciado o avanço tecnológico como potencial contrabalanço à concentração de renda e esse movimento fez os salários subirem. Assim, a visão apocalíptica de extrema concentração de riqueza com os industriais não se realizou.

Kuznets efetuou um estudo empírico sobre a desigualdade no início do século XX e publicou em 1953. Embora apenas sobre os EUA, é a primeira vez que se trata de distribuição com dados. O autor viveu em um período de queda da desigualdade e identificou essa redução entre 1913-1948, mas não tratou dos decis. Nesse período, o topo da sociedade estadunidense passou de 45-50% para 30-35% de apropriação da renda. O autor conclui que a competição e o progresso técnico levariam à redução da desigualdade e a harmonia entre as classes. Primeiro ela tende a aumentar e depois cair no curso da industrialização e do desenvolvimento. Nada obstante, aponta Piketty, esse foi o contexto do período. A teoria de Kuznets desvenda os dados, mas encontra as razões erradas. Solow, em linha semelhante, teoriza acerca da tendência à convergência. Quase todos os países reduziram a desigualdade entre 1945-75. Porém, essa tendência se reverteu no período posterior.

No que se refere ao seu estudo, Piketty o caracteriza como incompleto e imperfeito. O crescimento econômico e a difusão do conhecimento evitaram o apocalipse marxista, mas não modificaram a estrutura do capital e sua respectiva desigualdade.

3 Parte I: renda e capital

A primeira parte do livro traz alguns conceitos, equações teóricas de Piketty e uma visão global do crescimento econômico e demográfico desde 1700. Uma relação importante que o autor desenvolve é [estoque de capital/renda] (β). Ela diz quantas vezes o estoque de capital é superior à apropriação da renda (que é contabilmente equivalente à produção). Essa relação traz a **Primeira lei do capitalismo**:

$$\alpha = r \times \beta$$

Onde α é a participação do capital na renda nacional, r é o retorno do capital e β é a relação estoque de capital/renda. Nos países ricos, β paira em torno de 600%, ou seja, o estoque de capital é 600% da renda. α gira em torno de 30% e o r está entre 3-5%.

Em que pese os investimentos estrangeiros serem favoráveis à equalização de produto *per capita*, tal mecanismo não garante a equalização da renda *per capita* em termos globais. O investimento nos países estrangeiros advindos dos países ricos pode ter um efeito de perpetuar os maiores ganhos dos mais ricos por esses remeterem parte de sua renda para os países centrais. Do ponto de vista histórico, não parece que a mobilidade de capitais promoveu convergência entre países ricos e pobres. A renda per capita na África subsaariana e na Índia fica entre €\$ 150-250 e em países como Japão, Canadá e EUA entre €\$ 2.500-3.000. Piketty salienta que não defende modelos autárquicos e que os países do leste asiático têm se beneficiado com o comércio internacional, muito mais do que com o fluxo de capitais.

4 Parte II: A dinâmica da relação estoque de capital/renda

A Parte II traz outros conceitos, como o já explicitado de riqueza, mas também de capital doméstico, estrangeiro, privado, público, financeiro e não financeiro. Os dados dessa parte estão centrados na França e Grã-Bretanha. Ao longo do tempo, a natureza do capital se transformou de forma significativa. O capital na forma de propriedade rural voltada à agricultura deu lugar ao capital financeiro, industrial e a imóveis urbanos. Ainda assim, a relação estoque de capital/renda não mudou tanto ao longo do tempo: o capital é entre 5 e 6 vezes o valor da renda nacional, um pouco abaixo do que foi nos séculos XVIII e XIX, quando estava entre 6 e 7 vezes.

Nessa parte, no capítulo 5, o autor expõe outro elemento relevante de sua construção teórica, que é a **Segunda lei fundamental do capitalismo**, dada pela equação:

$$\beta = s/g$$

Essa equação é válida para o longo prazo, onde a razão estoque de capital/renda (β) é uma relação entre taxa de poupança (s) e taxa de crescimento (g). Assim, se a taxa de poupança for de 12% e a taxa de crescimento for de 2%, logo, no longo prazo, $\beta = 600\%$. Isso quer dizer que o capital acumulado será seis vezes a renda nacional. Nesse sentido, um país que poupa muito e cresce pouco, terá um estoque de capital acumulado grande ao longo do tempo, o que impacta bastante na estrutura e na distribuição de riqueza. Pequenas variações na taxa de crescimento desencadeiam grandes efeitos na relação estoque de capital/renda ao longo do tempo. Uma queda da taxa de crescimento eleva a participação do capital na renda. Isso potencializa a utilização do capital para benefício geral, mas representa uma concentração da distribuição de riqueza. Em uma situação dessas, há impactos econômicos, sociais e políticos.

A variação demográfica também influencia seu modelo, o crescimento demográfico reduz o estoque de capital em relação à renda. Ou seja, países com taxas de crescimento da renda *per capita* semelhantes podem ter diferentes relações β porque suas taxas de crescimento demográfico são distintas. Isso explica porque a Europa tende a acumular mais capital do que os EUA. Há que refrisar que a segunda lei fundamental é válida apenas no longo prazo (mais do que 40 anos), isso porque variações nos preços dos ativos, por exemplo, causam alterações dessa equação.

Com relação aos países ricos, Piketty demonstra o crescimento na riqueza privada entre 1970 e 2010, a despeito do crescimento da renda *per capita* ter ficado entre 1,6% e 2,0%. Esse fenômeno pode ser explicado, em larga medida, pelo baixo crescimento, pela elevada taxa de poupança e pelo retorno do capital aos países ricos do que foi investido no exterior. Dois outros eventos ocorreram: redução do capital público e aumento do capital privado em meio à elevação dos preços dos ativos (bolha de ativos). O processo de privatização se destacou na Itália. Extrapolando os dados até 2100, Piketty aponta a possibilidade de intensificação da relação estoque de capital/renda para faixa de 650%. No ano de 2010, tal relação era de 450%. Já no que se refere à participação do capital na renda nacional (α), a relação de longo prazo da Grã-Bretanha (1770-2010), por exemplo, ficou em 40%, enquanto que a do trabalho 60%. Outro diagnóstico do autor é que a fase da globalização do capital financeiro gerou instabilidade, ondas de especulação e bolhas de ativos. Ou seja, o mercado está longe do ideal.

Nessa parte do livro há também o diálogo com o modelo Cobb-Douglas. Os dados da economia estadunidense explorados entre 1899-1922 fizeram sucesso e trazem a ideia de harmonia e justiça social na estabilidade da relação capital-trabalho. Entretanto, a estabilidade na participação do capital na renda não implica em estabilidade na relação estoque de capital/renda e tampouco garante harmonia. Os autores foram negligentes ao considerarem a estabilidade da relação, assim como os marxistas erram em considerar a participação do capital sempre crescente. Nesse sentido, o modelo não é adequado para um estudo de longo prazo. Entre 1800 e 1860, por exemplo, a participação do capital aumentou significativamente, caiu entre 1870-1900 e cresceu novamente entre 1900-10.

Para Piketty, parece ser bem estabelecida a tendência de estoque de capital/renda (β) aumentar. Foi isso que ocorreu nos países ricos entre 1970-2010. Assim, o r cai à medida que β cresce. É provável que a participação do capital cresça nas décadas à frente até os níveis do início do século XIX. O crescimento ocorrido da participação do trabalho se deu porque ele se tornou mais importante no processo de produção.

Como a tecnologia é intensiva em capital e como pode haver elevada acumulação de capital sem reduzir a taxa de retorno à zero, não há razão para a participação do capital reduzir no longo prazo. Tal situação se verifica mesmo com mudanças técnicas favoráveis ao capital. Ainda que ocorra uma redução da participação do capital, não haverá uma mudança significativa na civilização. Nos últimos séculos, o conhecimento e a destreza humana aumentaram, mas o estoque de capital também. Desse modo, não houve uma mudança de uma sociedade baseada no capital para outra baseada no talento e na habilidade.

Nessa questão, o autor dialoga com a teoria do capital humano que vê na difusão do conhecimento e da tecnologia poderosas forças de convergência capazes de ajustar as desigualdades e permitir remunerações adequadas à destreza. Na Parte III esse tema retorna com as fortes tendências à divergência.

De outro lado, Marx não tinha a ideia clara e bem formulada de que o crescimento estava conectado ao crescimento da produtividade. Havia a noção de crescimento vinculado à acumulação de capital, a produção cresceria com o aumento do maquinário. A contradição que Marx traz é o caso em que o crescimento demográfico e o de produtividade são zero, assim, não há crescimento econômico. Tal contradição pode ser superada com o crescimento. Apenas o crescimento populacional e de produtividade podem compensar o permanente acréscimo de novas unidades de capital. Marx observou o crescimento do lucro industrial, mas não sistematizou suas estatísticas e não observou se a elevação na intensidade de capital era um caso particular ou geral. Não faz referência às numerosas tentativas de estimar o estoque de capital britânico. Hoje há mais dados e estão disponíveis. Em uma sociedade com baixo crescimento, a riqueza acumulada no passado aumenta de importância. É possível vislumbrar o futuro das sociedades ricas com baixos crescimentos econômico e demográfico. Mesmo com tecnologias que favoreçam o trabalho em detrimento do capital, há contra-tendências, como o capital financeiro.

Em suma, a Parte II expõe que não há força que reduza naturalmente a importância do capital ao longo da história. Pós Segunda Guerra Mundial (SGM), se imaginou o triunfo do capital humano sobre o capital como irreversível. Mas os resultados de seu estudo apontam que o progresso econômico e tecnológico não implicam em avanço democrático e da racionalidade meritocrática. Pelo simples motivo de que a tecnologia não tem limites, nem moralidade. Essa sociedade exige mais conhecimento e habilidade, mas o capital cresceu na mesma proporção. Justiça e racionalidade sociais não serão atingidas apenas com tecnologia. Desta feita, o crescimento da produtividade e a difusão do conhecimento permitiram que não chegássemos ao apocalipse previsto por Marx. Mas não alterou a estrutura do capital e não reduziu a importância do capital em relação ao trabalho.

5 Parte III: A estrutura das desigualdades

A Parte III é a mais importante do livro por trazer mais dados sobre a distribuição de renda e de riqueza e também por nela estar presente a principal argumentação teórica do autor. É contemplada, ainda, a discussão acerca do trabalho, do mérito pessoal e da herança como fonte de riqueza.

A desigualdade é observada a partir de três ângulos: i) a desigualdade da renda do trabalho; ii) a desigualdade da propriedade de capital (riqueza) e a renda vinculada a essa; e iii) a interseção entre esses dois tipos (desigualdade total).

A distribuição do capital é mais desigual do que a do trabalho, para todos os países, em qualquer tempo, sem exceção. A concentração de capital é fortemente explicada pela herança e seus efeitos cumulativos.

No período atual, em países como França, Alemanha, Grã-Bretanha e Itália, os 10% mais ricos que detêm aproximadamente 60% da riqueza nacional. E, invariavelmente, os 50% mais pobres possuem menos de 10% da riqueza nacional. Na França, em 2011, por exemplo, os 10% mais ricos obtinham 62% da riqueza e os 50% mais pobres, possuíam apenas 4%. Ao longo do século XIX e XX os 50% mais pobres detinham aproximadamente zero de riqueza. Nos EUA, o decil mais alto detém 72% da riqueza nacional, enquanto os 50% mais pobres possuem 2%. A renda do capital aprofunda as desigualdades totais, já a desigualdade da renda do trabalho é mais moderada.

Na França das décadas de 1930 e 1940, houve uma redução expressiva da participação dos 10% mais ricos na riqueza total. Porém, esse movimento ocorreu devido à redução da fatia do capital, uma vez que a distribuição da renda do salário é praticamente estável no período. Tal movimento não se deu por um processo estrutural de redução da desigualdade, como previa Kuznets. Analisando em longo prazo, na França, os 10% mais ricos e mesmo o 1% mais rico deixaram de ser rentistas e passaram a ser indivíduos com a renda do trabalho muito elevada.

A renda do capital assume decisiva importância no 0,1% mais rico e, sobretudo, no 0,01% mais rico. Entre os 10% mais ricos, os 9% mais abaixo são assalariados, entretanto, esses assalariados são os executivos das grandes empresas e do setor financeiro. Mesmo observando os 1% mais ricos, a renda do capital ainda é relativamente insignificante. Na década de 30 a renda do capital era a mais importante entre os 1%. Essa alteração se deve ao colapso do rentismo entre 1914-1945, ao aumento da progressividade tributária ocorrida pós SGM, tanto sobre herança quanto sobre renda. Nas últimas décadas, houve um fenômeno de crescimento dos “super salários”, que se configura fundamentalmente pela remuneração dos administradores das grandes empresas (CEOs). Assim, essa elevação tem relação direta com o aumento da participação do capital. Paralelamente, pós SGM, houve recomposição do capital na participação da renda.

Contudo, há crescimento da desigualdade após 1983. No médio e no curto prazo, há tendência da desigualdade capital-trabalho andar *pari passu* à desigualdade do trabalho. Um exemplo é a França após 1990, que obteve crescimento elevado dos salários mais altos (sobretudo de executivos e de empresas financeiras). Entre o 0,1% e o 0,01% mais ricos, o crescimento do poder de compra foi de quase 50% entre 2000 e 2010, em um contexto de baixo crescimento e estagnação do poder de compra para a maioria dos trabalhadores. Em linha semelhante, nos EUA, os 10% mais ricos tiveram uma elevação maior do que a média e os 1% maior do que os demais 9% do topo. Os 0,01% mais ricos obtiveram expansão mais elevada ainda.

No caso da desigualdade salarial, os escandinavos são os que possuem maior equidade e os EUA; a menor. Essa situação é de uma sociedade de rentistas, onde a riqueza herdada é muito relevante e a concentração de riqueza tende a níveis extremamente elevados. Os 10% mais ricos se apropriavam de 30-35% na década de 1970 e passaram a 45-50% na década dos 2000. A continuar nesse ritmo, a apropriação da renda dos 10% mais ricos será de 60% em 2030, atingindo o novo recorde de desigualdade. Já os 1% mais ricos nos EUA se apropriavam de 10% da renda em 1980 e passaram a 20% em 2010. Ou seja, nesse período, o incremento da renda desses foi muito superior ao aumento de renda média.

Piketty aponta que o crescimento das desigualdades contribuiu para a instabilidade financeira dos EUA. Com o crescimento da desigualdade, houve estagnação do poder de compra, o que impulsionou o financiamento via

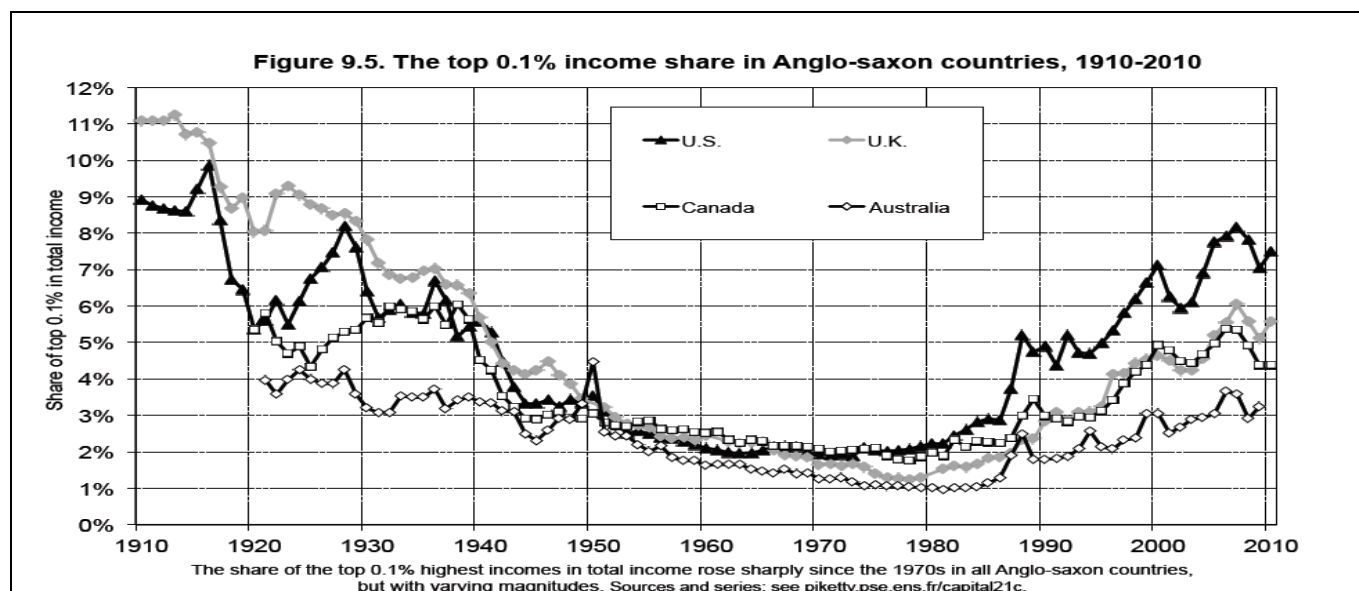
hipotecas de imóveis. Entre 1977-2007, os 1% mais ricos absorveram 60% do crescimento da renda estadunidense do período.

O fenômeno dos super salários não é explicado satisfatoriamente pela teoria da tecnologia e da educação. Na França, a despeito da média salarial ter crescido, a distância entre os salários mais altos e os mais baixos se manteve relativamente estável em um prazo longo, independente da maciça democratização do ensino no período. A elevação do nível educacional não reduziu a desigualdade salarial. Nos EUA, a distância salarial diminuiu até a década de 1970 e passou a crescer a partir da década de 1980, sendo a desigualdade atual maior do que era no início do século XX. Na Europa, o pico de desigualdade de riqueza foi antes da PGM. No período 1945-1975 houve a maior equidade, após 1980 cresceu a desigualdade.

O que auxiliou na redução salarial dos decis mais baixos foi o salário mínimo, que segue normas e valores coletivos de justiça social e não a elevação do maior nível educacional. A limitação da produtividade marginal do trabalho para explicar salário se torna patente na inabilidade de elucidar a explosão dos elevados salários nos EUA desde 1980. Uma das figuras mais interessantes de todo o livro é a 9.2. Ela mostra a apropriação dos 1% mais ricos em quatro países (Austrália, Canadá, Grã-Bretanha e EUA). É bastante claro que a participação dos mais ricos na renda passou a cair nas décadas de 1930 e 1940, chegando ao percentual mais baixo na década de 1980, tendo aumentado desde então. Há que destacar que no período entre guerras o capitalismo foi mais regulado e houve a implementação da progressividade tributária. Na década de 1980 houve reversão de políticas regulatórias e o mundo entrou na fase neoliberal.

Figura 1

Apropriação da renda pelos 0,1% mais ricos em países selecionados (figura 9.5 de Piketty) — 1910-2010



FONTE: Piketty (2014).

A figura 9.5 é bastante interessante também, aqui numerada figura 1. Ela mostra o que ocorreu com os 0,1% mais ricos. Sua apropriação era de aproximadamente 2% em 1980 nos EUA e chegou a 8% em 2008. Isso significa

que cada indivíduo nessa faixa tem uma renda aproximadamente 100 vezes superior à média. A produtividade marginal, a tecnologia e a educação não parecem fornecer boas explicações para essa disparidade pós 1980. Já os 10% mais ricos passaram a aumentar a fatia da participação nos EUA na década de 1970, a figura 9.8 apresenta o dado desde 1900. Piketty traz o dado de apropriação dos 1% mais ricos de países emergentes na figura 9.9 e o fenômeno se repete: crescimento da participação após 1980. A explosão da concentração ocorreu, sobretudo, nos 1% mais ricos e nos 0,1% mais ricos.

No que tange aos bilionários, de 1987 a 2013, a média do patrimônio do 1/100 milhões mais ricos do mundo passou de US\$ 3 bilhões para US\$ 35 bilhões. Um crescimento de 6,8% a.a. A média anual do crescimento econômico do período foi de 2,1% e da renda média de 1,4%. O crescimento do patrimônio dos bilionários foi, portanto, muito superior do que a média de crescimento econômico.

A partir desses dados, a visão de que o salário corresponde à produtividade marginal torna-se uma visão ideológica que justifica as camadas superiores perante a sociedade. Nesse sentido, a definição salarial é largamente arbitrária e relacionada à hierarquia, até porque estimar a contribuição de um funcionário é muito difícil. Embora a produtividade marginal, a habilidade e a tecnologia deem uma explicação plausível para diferentes remunerações no longo prazo, é preciso demarcar as limitações explicativas. Sobretudo nos grandes executivos que definem seus próprios salários.

É preciso frisar que após 1980 houve o retorno das políticas liberalizantes no mundo e houve redução de impostos dos mais ricos para dar mais incentivos ao esforço e ao mérito. Ou seja, houve uma amplificação de ordem política que aumentou também a influência política dos beneficiários. Esses formaram grupos de pressão e financiam partidos.

No capítulo 10 do livro, o argumento central é desenvolvido. A grande influência sobre a distribuição da riqueza se dá pela relação entre o retorno do capital (r) e a taxa de crescimento (g). Se o retorno do capital for superior à taxa de crescimento, o risco de divergência em termos distributivos é elevado. O que leva à concentração de renda é, portanto:

$$r > g$$

O estoque de capital/renda (β) aumenta pelo retorno do capital em uma fase de crescimento relativamente baixo. Nessa situação, a riqueza passada tem uma importância desproporcional. Ou seja, a herança cresce mais rápido do que a produção e a renda. Nessas condições, a riqueza herdada tende a superar em larga medida a riqueza acumulada ao longo da vida de trabalho. E a concentração de capital se agudiza, de forma incompatível com os valores de meritocracia e de justiça social. Some-se a isso que a taxa de poupança cresce bruscamente com a riqueza herdada. E a taxa de retorno do capital individual tende a ser maior quanto maior for a herança recebida. Caso haja elevação do preço dos bens imóveis e do petróleo, por exemplo, a divergência estrutural se acentua.

A sociedade europeia até o século XIX era de baixo crescimento econômico, com retorno do capital maior do que a taxa de crescimento, logo, a concentração se elevou. Se, por exemplo, $g = 1\%$, $r = 5\%$ e $s = 20\%$, pode-se afirmar

que a riqueza herdada será igual à taxa de crescimento. Se se poupa mais, a riqueza acumulada será maior e aumentará a desigualdade. Assim, se constituiu uma “sociedade de herança”.

A desigualdade $r > g$ é um fato observado em quase toda história desde 1700, mas não uma lógica necessária. Provavelmente continuará no século XXI, a depender da regulação entre capital e trabalho. Entretanto, é possível que g seja maior do que r mesmo sem a intervenção e regulação estatal, no caso da produtividade crescer rapidamente ou de constante inovação. Pode ocorrer também caso haja mais países tecnologicamente avançados. A lógica $r > g$ é uma realidade que depende de uma variedade de fatores como desenvolvimento institucional, social, cultural, imposições de grupos específicos, psicologia individual. Contudo, a despeito das forças de convergência para equalização da riqueza e da renda, há forças de divergência que são mais poderosas.

A questão tributária explica em grande medida as mudanças ocorridas no século XX. Até a PGM, praticamente não havia imposto sobre o capital e sobre a renda. E o imposto sobre a riqueza era baixo, aumentou após a PGM. Contudo, na década de 1980, com a liberalização financeira, os impostos sobre o capital caíram drasticamente.

O crescimento da desigualdade na França mesmo após a revolução francesa indica que igualdade de direitos e oportunidades não é suficiente para garantir igualdade de distribuição de riqueza. A transmissão de patrimônio estabelece as desigualdades. Quanto maior for a diferença entre r e g , mais poderosa será a divergência distributiva. Essa diferença ocorreu durante a revolução francesa.

Piketty dialoga também com Vilfredo Pareto e sua teoria de desigualdade estável. Pareto analisou o período 1880-1890. Mesmo nesse período houve um leve aumento da desigualdade que Pareto tenta esconder. De qualquer forma, sua teoria não serve de base para efetuar uma análise de longo prazo, uma vez que ele se deteve em um período curto. Pareto está claramente influenciado por preconceitos políticos. Essa perspectiva de Pareto de que a desigualdade é estável permanece até hoje, mas não é isso que se observa no longo prazo.

O mundo só não é tão desigual quanto já foi porque não faz tanto tempo que a concentração começou a aumentar em comparação com o outro período de longos séculos de acumulação. A taxação sobre o capital mudaria a estrutura da distribuição de riqueza no longo prazo. Atualmente, os impostos sobre os imóveis são baixos e pouco influem na distribuição de riqueza.

Posto esse diagnóstico, a tendência para o século XXI é de redução da participação do capital na renda, redução da taxa de retorno do capital e de crescimento maior do que o observado até o século XIX. Ou seja, cairá a diferença entre r e g . Assim, não há tendência de que a desigualdade supere a do início do século XX, mesmo que ela continue crescendo.

A herança deve ganhar mais importância no futuro. O que não quer dizer que a distribuição no século XXI será tão concentrada quanto no século XIX. No século XIX, a herança era um elemento central da sociedade, no século XXI a renda terá mais influência sobre a riqueza do que outrora.

A herança é função de β , a relação estoque de capital/renda. β foi elevado até a PGM, caiu e vem subindo novamente, é uma curva em formato “U”. No mesmo sentido, a importância da herança tem esse mesmo formato. Ou seja, embora a habilidade e conhecimento individuais tenham ganhado em importância ao longo do tempo para explicar a riqueza, a herança também tem. Na França, a transmissão de patrimônio e seu peso na renda caíram entre 1910-1950, tendo pouca relevância entre 1950 e 1960 e têm aumentado desde então, sobretudo pós 2000. Há, ainda,

o crescimento de doações de patrimônio observado a partir dos 1970, principalmente o pós 1990. Essa transmissão de patrimônio se explica por questões fiscais.

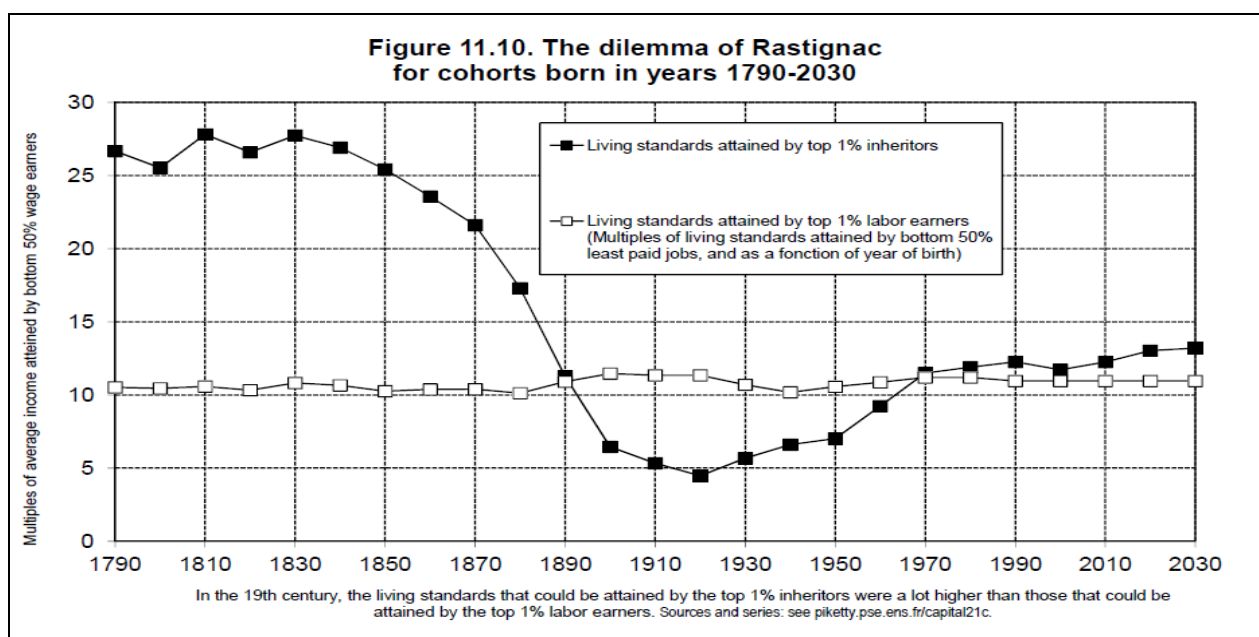
Piketty expõe que não há naturalidade ou espontaneidade na distribuição e na concentração de renda e que o sucesso social obtido através do talento, do esforço e do estudo é uma ilusão. Os mais ricos são os que receberam as maiores heranças. Sobretudo após a SGM, quando a herança passou a aumentar de importância e muitos desses herdeiros não trabalham e vivem como rentistas.

O período de 1870-1914 tem muito a ensinar aos nossos dias. Foi de muita concentração de riqueza em meio à primeira onda de globalização comercial e financeira. A década de 1970 marcou o máximo da relação herança recebida/acumulação ao longo da vida: aproximadamente 60%. A tendência em 2020-2030 é que a parte da riqueza herdada atinja entre 70% e 80%.

A figura 11.10, no capítulo 11, aqui figura 2, traz elementos interessantes. Com dados da França, há a comparação da renda obtida pelo 1% mais rico devido a sua herança com o 1% mais rico devido ao seu trabalho, ambos comparados com o padrão de vida dos 50% mais pobres. Daqueles que vivem do seu trabalho, o padrão de vida é 10 vezes maior do que os 50% mais pobres de forma relativamente estável entre 1790 e sua projeção até 2030. Já no que se refere aos mais ricos que vivem com sua herança, em 1790 seu padrão de vida era 27 vezes maior do que os 50% mais pobres. Apenas entre 1890 e 1970 os assalariados mais ricos obtinham padrão de vida superior aos herdeiros mais ricos. Desde 1970, houve reversão, com tendência ascendente a partir de 2000. Durante vasto período, portanto, os 1% mais ricos o eram por herança do capital. No século XIX, os herdeiros de fortunas tinham um padrão de vida três vezes superior ao dos trabalhadores mais ricos.

Figura 2

Relação de apropriação de renda obtida pelos 1% mais ricos devido a sua herança e ao seu trabalho com a média de renda dos 50% mais pobres na França (figura 11.10 de Piketty) — 1790-2030



FONTE: Piketty (2014).

A sociedade “meritocrática” não permite que figure o topo quem não é herdeiro de uma fortuna. No mundo contemporâneo, o conhecimento e a titulação permitem ao indivíduo um rendimento 10 vezes superior à média. E aos perdedores, a dominação é justificada a partir da justiça, da virtude, do mérito e da baixa produtividade a quem está na base da pirâmide social. As crenças meritocráticas evocam a justiça para justificar as disparidades salariais. A meritocracia extrema explica os super-salários e o rentismo, em detrimento daqueles que não estão nessas esferas.

Claramente, a educação tem um papel mais relevante hoje do que no século XVIII, o que não significa que a sociedade seja mais meritocrática e nem que as pessoas tenham as mesmas oportunidades. Piketty demonstra na figura 11.11 o crescimento, desde 1920, da parcela da população que recebe de herança um patrimônio superior ao que um indivíduo que está entre os 50% mais pobres recebe de salário ao longo de sua vida inteira.

A democracia contemporânea se baseia na visão de mundo meritocrático, imaginando que a desigualdade tem relação com habilidade e conhecimento e não com o sobrenome. A crença de que a iniquidade advém de princípios racionais e não arbitrários é difundida, entretanto, o estudo da riqueza mostra que há mais arbitrariedade do que se pensa.

Quando o crescimento é baixo, é quase inevitável que $r > g$, o que explica a acumulação de riqueza passada. Isso não é falha de mercado e nem ausência de concorrência, e sim consequência do mercado de capitais perfeito. O rendimento do capital sem trabalho é elevado. Ainda assim, o rentismo é uma realidade em qualquer economia de mercado. O crescimento do mercado de capitais e da intermediação financeira agudizam a distinção entre capital e trabalho. Por esses motivos, as racionalidades econômica e tecnológica não têm relação com democracia. Para o autor, a ideia de que a competição leva a mais meritocracia é uma ilusão perigosa.

O fato da riqueza se reproduzir sozinha torna imperativa a discussão da riqueza em relação ao mérito. Não importa o quão justificável seja o início da riqueza, ela pode se perpetuar além dos limites razoáveis e sem justificativa racional em termos de utilidade social. O retorno do capital envolve trabalho empresarial, sorte ou roubo. As arbitrariedades da acumulação de riqueza são mais amplas do que as de heranças. Essa situação exige cooperação internacional para ser corrigida.

6 Parte IV: regulação do capital no século XXI

A Parte IV do livro de Piketty descreve a construção e a sugestão de um conceito para controlar o capital. O primeiro capítulo dessa série não só aponta o papel do Estado Social, suas funções e as adaptações que foram feitas, como também apresenta algumas mudanças do sistema capitalista ao longo do tempo. O segundo identifica historicamente a criação dos impostos progressivos e as experiências em diferentes países. O capítulo seguinte aborda as mudanças em relação à maneira como são recolhidos e redistribuídos os impostos ao longo dos anos, sugerindo meios de adaptação a essas mudanças, como a volta do protecionismo, o caso do controle de capitais na China, o imposto sobre a herança, entre outras. Por fim, o último capítulo trata sobre a dívida pública, indicando o papel dos Estados em reduzir essa.

O autor inicia a quarta parte com o título “Um Estado Social para o século XXI”, alertando que hoje um indivíduo super-rico possui mais riqueza que um país inteiro. Além disso, Piketty aponta o papel do Estado Social para com a

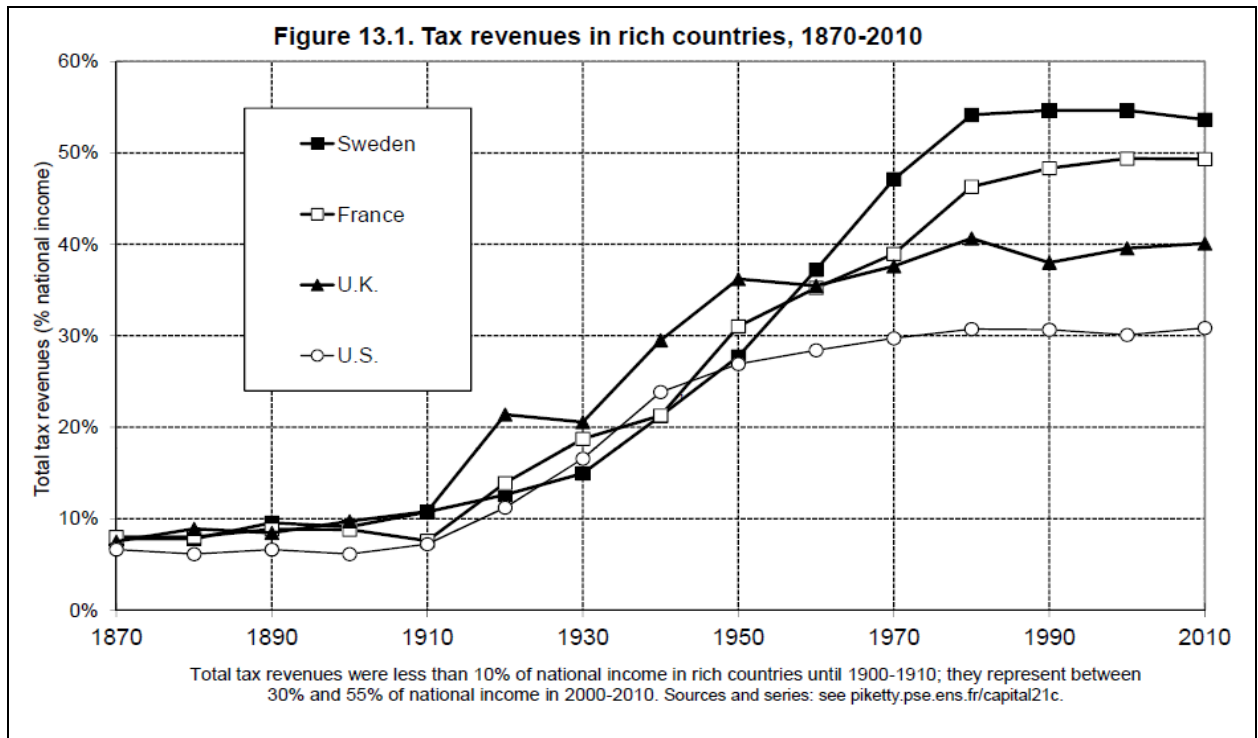
sociedade, com a finalidade de reduzir a desigualdade e erradicar a pobreza sem perder suas funções básicas: saúde, educação, segurança e aposentadoria de seus cidadãos.

O economista compara o papel do Estado Social em diferentes momentos, relembra a lógica dos direitos das constituições da França e dos Estados Unidos e como elas são aplicadas atualmente. Informa também que antes da PGM, os governos não tinham muita influência na vida econômica e social das pessoas. Poucos tinham acesso a escolas e a serviços de saúde, e, quando o tinham, era de forma precária. O financiamento disso se dava com impostos entre 7% a 10% do PIB.

Entre 1920-1980, o gasto social cresceu consideravelmente e todos os países ricos tinham altas taxas tributárias. Logo após, de 1980 a 2010, as taxas se estagnaram. A figura 13.1 (aqui, figura 3) demonstra as variações de alíquotas com o passar dos anos.

Figura 3

Receita de impostos em percentual da renda nacional em países selecionados — 1870-2010



FONTE: Piketty (2014).

Piketty se concentra em dois problemas atuais para o Estado Social: o acesso igualitário a educação, em especial a educação superior, e o futuro dos sistemas de pensão em um mundo com baixos crescimentos econômico e populacional. Sobre o primeiro ponto, o autor afirma que a educação superior não cria mobilidade social de maneira significativa. No norte europeu, há mais mobilidade do que na Alemanha, na Inglaterra e na França, por exemplo. Já nos Estados Unidos, quase não há mobilidade.

No segundo tema, Piketty afirma que o sistema de pensão foi inventado na metade do século XX, quando os crescimentos demográfico e da produtividade eram muito altos. Atualmente esse sistema não possui as mesmas

características, justamente porque os dois aspectos são baixos. A expectativa de vida das pessoas não é mais a mesma do que era em sua criação, passando de 60-70 anos a 80-90 anos. O sustento do sistema de aposentadoria é dificultado, uma vez que as pessoas vivem 20 anos mais. Sobre os dois temas, Piketty sugere a mesma solução: o imposto sobre o capital que poderá gerar recursos para financiar a educação e o sistema de pensão.

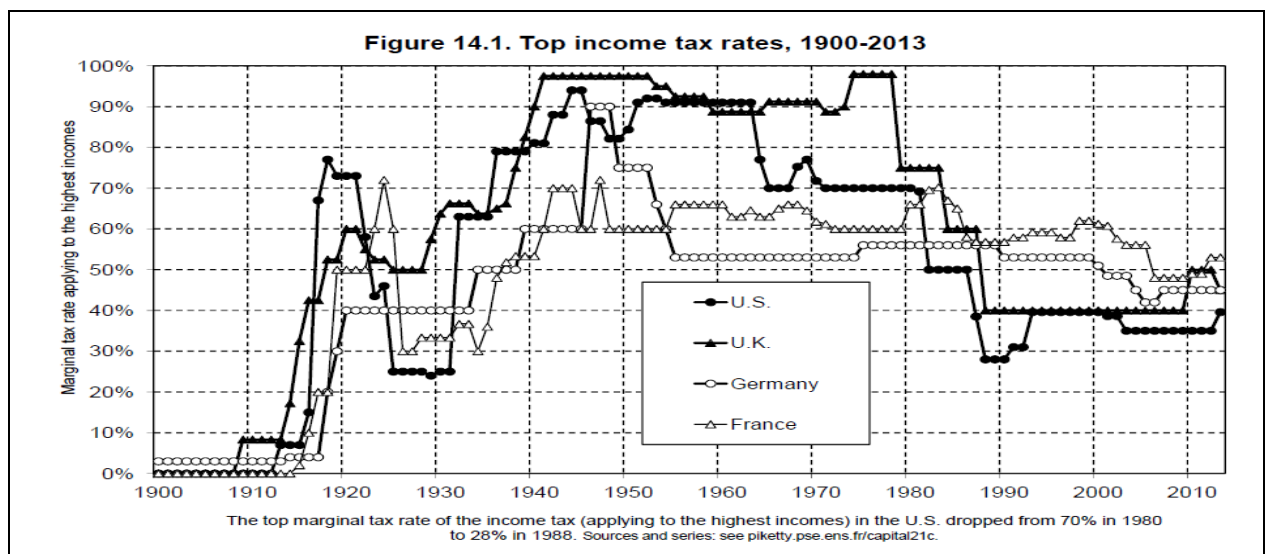
O segundo capítulo da parte IV remonta historicamente ao século XX, informando as duas maiores inovações em relação aos impostos: a criação e o desenvolvimento do imposto progressivo e do imposto sobre heranças, ambos ameaçados pelas taxas internacionais de competição, com a existência de paraísos fiscais e de fuga de capitais para países com baixas taxas.

Piketty afirma que, sem impostos, a sociedade não teria um destino comum e a ação coletiva seria impossível. A ideia é convencer o quanto uma pessoa deve pagar para atingir o objetivo em comum ou para o bem da sociedade (educação, saúde, aposentadoria, segurança). O economista aponta três tipos de impostos e um último em especial: sobre renda, sobre capital e sobre o consumo. O quarto imposto, a contribuição para programas de seguro social, obtidos na renda, frequentemente são direcionados à massa assalariada.

O autor disserta que a taxa progressiva foi um componente essencial para o Estado Social cumprir o seu papel de desfigurar a desigualdade e transformar a sua estrutura em todo o século XX. Entretanto, o imposto progressivo está ameaçado por duas vertentes: a intelectual (porque as funções do imposto nunca foram bem claras ou debatidas) e a política (uma vez que as taxas de competição estão permitindo que novas categorias de renda sejam privilegiadas por falta de regras comuns). Abaixo a figura 14.1 (figura 4 aqui) mostra a evolução do imposto progressivo nos principais países estudados no livro, sendo o primeiro sobre a renda anual e o segundo sobre a riqueza. Outra figura interessante é a 14.2 (aqui figura 5) que apresenta os impostos sobre herança em alguns países.

Figura 4

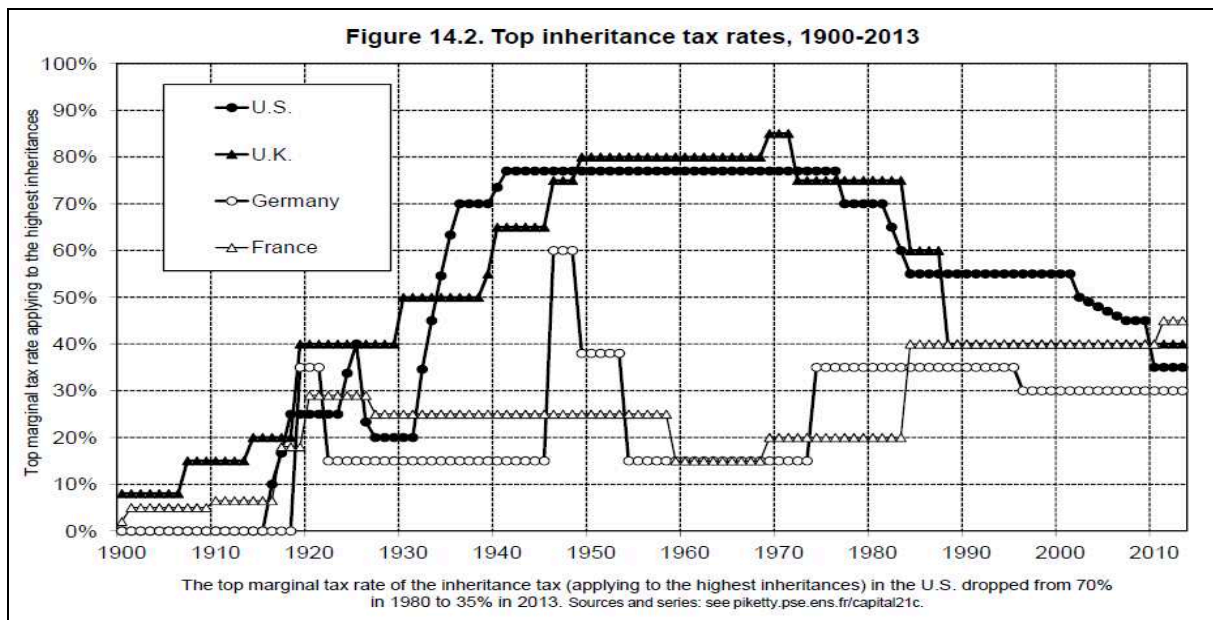
Alíquotas máximas de imposto de renda em países selecionados — 1900-2010



FONTE: Piketty (2014).

Figura 5

Alíquotas máximas de imposto sobre herança em países selecionados —1900-2013



FONTE: Piketty (2014).

O terceiro capítulo da Parte IV afirma que usar os mecanismos inventados no século XX como modelo social e fiscal não será suficiente. A ferramenta essencial para hoje seria, conforme definido pelo autor, um imposto global progressivo sobre o capital, combinado com um alto nível de transparência das finanças internacionais.

O autor reconhece que a sugestão é quase utópica nos dias correntes, porém, defende como a melhor alternativa para solucionar problemas do sistema capitalista. Na análise de Piketty, uma taxa de 0,1% sobre o capital mundial seria de grande valia, não por sua arrecadação, mas sim para obtenção de dados de riqueza no mundo. Não existe um mecanismo capaz de identificar o tamanho da fortuna dos grandes bilionários ou milionários. As taxas servem para definir normas e categorias, e, além disso, para, eventualmente, impor um modelo de leis na atividade econômica.

O economista argumenta que não seria difícil uma comunicação entre bancos, uma vez que os mesmos necessitam prestar contas aos governos locais. A ideia de Piketty é direcionar o tipo de taxa que o indivíduo deve pagar, independente de onde estão os seus ativos. Se um estadunidense possui ativos no Brasil, deve haver taxa nos EUA, para evitar fuga das obrigações e depósitos em paraísos fiscais.

Há duas justificativas principais para taxar o capital: a justificativa contributiva e a incentivadora. A primeira se sustenta na análise do autor sobre seus estudos através da revista *Forbes*, que mostra que os indivíduos mais ricos aumentaram suas riquezas nas últimas três décadas em uma fração de 6-7% ou mais. Nos países estudados, as declarações não passaram de algumas dezenas de milhões de dólares. Se a taxa sobre o capital da riqueza de Liliane Bettencourt fosse de, por exemplo, 2% sobre US\$ 30 bilhões, a arrecadação seria de US\$ 600 milhões ao ano e não os US\$ 5 milhões declarados ao governo francês.

Em relação à justificativa incentivadora, a principal ideia é de que a taxa incentive o investimento. Para uma pessoa que almeja uma taxa de retorno de 10%, taxá-la em 2-3% não seria tão pesado quanto para uma pessoa que almeja 3% de retorno sobre o seu capital ao ano. A intenção da taxa sobre o capital, segundo Piketty, é justamente forçar as pessoas a vender seus ativos para investidores mais dinâmicos, pois as primeiras usam sua riqueza de uma maneira ineficaz.

O economista afirma que o retorno sobre o capital não depende exclusivamente do talento e do esforço do capitalista. Por um lado, o retorno varia em função do tamanho de sua riqueza inicial, por outro, retornos individuais são muito imprevisíveis e são afetados por qualquer tipo de choque econômico.

As taxas sobre riqueza têm de ser baixas e anuais, e não no momento do recebimento da herança, pois se os governos tomam, por exemplo, $\frac{1}{4}$ da riqueza do país, não haverá quase nada remanescente nos anos futuros. A sugestão do autor é: 0% para fortunas de até \$ 1 milhão, 1% ao ano para fortunas de \$ 1 a 5 milhões e 2% para fortunas acima de \$ 5 milhões. Na Europa de hoje, seriam atingidos sobre esses impostos 2,5% de pessoas e se arrecadaria 2% do atual PIB europeu (hoje de \$ 15 trilhões), o que resultaria em \$ 300 bilhões em arrecadação.

O último capítulo do livro questiona a dívida pública dos países. O autor disserta sobre a porcentagem da renda nacional que é necessária para amortizá-la, argumentando que muitos países estão presos a esta amarga conta. Para solucionar esse problema, há três alternativas: taxa sobre o capital, inflação ou austeridade.

Piketty escreve que uma solução possível para diminuir a dívida pública a zero é privatizar todos os setores da sociedade, como infraestruturas do governo, escolas, universidades, polícias, entre outros. A finalidade maior dessa estratégia é o pagamento da dívida pública, porém, o autor considera essa solução descartada, uma vez que diminui a responsabilidade do Estado Social.

O economista considera que uma taxa ótima sobre o capital é a melhor maneira de diminuir a dívida pública. A estimativa que Piketty demonstra em seus cálculos é taxar 15% da riqueza privada, sobre todos os elementos que englobam o conceito de capital do autor. Com isso, o Estado conseguiria manter as suas atividades e ainda reduzir a zero a dívida pública em uma razão de cinco anos.

Em certa passagem do livro, o autor questiona a inflação como distribuidora de riqueza. A resposta objetiva do autor é de que essa não é a melhor das ferramentas. Além de imprecisa, a inflação atinge todas as pessoas, obrigando as mais pobres a gastar ou investir tudo o que têm, restringindo a possibilidade de poupança.

Por fim, o autor alerta acerca das mudanças recentes na Europa, no que tange a questão da dívida pública e ao papel dos Bancos Centrais. Ele também aborda a crise no Chipre e como ocorreu a regulação de capitais neste país. Piketty observa o papel do Estado Social na Europa durante o século XXI, explicando a unificação europeia, a acumulação de capital neste continente, a mudança em algumas leis. Ele também pontua que para tornar o sistema atual mais democrático, há necessidade de transparência econômica e maior controle de capitais.

7 Conclusão e considerações críticas

A repercussão atingida pelo livro de Thomas Piketty não foi fortuita. Ele une uma extensa compilação de dados desde 1700 com uma formulação teórica para tratar de um tema candente como a distribuição. O centro de seu trabalho está na relação entre o retorno do capital (r) e a taxa de crescimento (g). Se $r > g$, há concentração.

O sucesso do livro chama atenção porque é majoritária, entre os economistas, a concepção teórica de que a desigualdade é uma consequência das diferentes aptidões e conhecimentos dos indivíduos. E que a educação formal e o mérito permitem a ascensão individual e a convergência distributiva. Na mesma linha, a lei de oferta e de demanda, a mobilidade de capital e de trabalho levariam à maior igualdade. Além disso, com mais conhecimento difundido, a participação do trabalho aumentaria a poupança, que seria transformada em capital. Ou seja, na contemporaneidade, a informação seria uma força de convergência de renda.

Contudo, essa visão é ilusória para o autor, seu estudo sinaliza que as forças de divergência são mais fortes do que de convergência e as últimas são mais fracas do que se imagina. Além disso, há pouca evidência de aumento da participação do trabalho no produto. De outro lado, os salários mais elevados se afastam dos demais em larga medida. O crescimento ocorre com maior produtividade e educação, mas o incremento dessas variáveis não é de 4 % no longo prazo, salvo em situações de *catching up*. Logo, r e g tendem à disparidade.

Em assim sendo, os empresários tendem a se tornar rentistas e mais dominantes sobre os trabalhadores. O tamanho dessa divergência guarda proporcionalidade com o estoque inicial de capital. Some-se a isso o fato de que os herdeiros de capital tem um padrão de vida superior aos assalariados mais ricos em quase todo o período desde o final do século XVIII. Assim, o funcionamento normal do capitalismo gera arbitrariedades e desigualdades que distorcem os valores de meritocracia e da democracia.

A história da distribuição de riqueza tem sido mais política do que econômica. O período em que o mundo reduziu a iniquidade foi entre 1910-1950, com guerras, crises e políticas sociais adotadas. O crescimento da desigualdade após os anos 1980 também possui razões políticas, sobretudo com relação a impostos e finanças, sob influência e poder dos atores beneficiados. O que é mais grave é a elevação da desigualdade e a projeção de que continue crescendo, inclusive com maior papel da herança na definição da riqueza individual.

A divergência distributiva não é perpétua e nem determinada, mesmo sendo uma tendência, já que a perfeição do mercado é a maior força de divergência. Se se tem intenção de equilibrar as forças divergentes e se se busca mais meritocracia e democracia, há que se elaborar um imposto global sobre o capital. Piketty tem sua proposição para uma sociedade mais justa em termos sociais, dentro dos marcos institucionais capitalistas. Embora faça projeções, ele explicita que isso depende da política e das decisões da sociedade.

Do ponto de vista teórico, um estudo mais abrangente não é efetuado desde Kuznets. Os economistas ficaram restritos à teoria com obsessão na matemática. O autor é crítico, inclusive, à formação do economista. Para ele, o enfoque em sociologia, política, história deve ser maior, no intuito de edificar um *approach* preocupado com os salários e a riqueza. As variáveis econômicas não são autônomas, estão envolvidas com outras esferas da sociedade e por isso devem ser estudadas juntas.

Embora o trabalho do autor traga muitos dados sobre a desigualdade, há que ponderar que sua base é incompleta e imperfeita, o que é natural, dada a amplitude temporal em objeto. Em que pese sua intenção de tratar do mundo, ele centra nos países desenvolvidos, com destaque para dois deles: França e Estados Unidos, extrapolando, em certa medida, suas conclusões para os demais países.

Seus dados são preciosos, mas no livro não há o devido rigor científico e metodológico em suas demonstrações². O autor os disponibiliza em páginas eletrônicas, mas essa característica afasta o trabalho do meio acadêmico e científico. No mesmo sentido, a linguagem, alguns exemplos e os dados do livro não têm o rigor adequado, transpassando que em certa medida o autor “extrapola nas tintas”. Mesmo com dados amplos, sua teoria ainda precisa de validação. O uso de dados de registros fiscais é interessante por ser mais dificultada a omissão em comparação com as contas nacionais, ainda assim, há que pontuar tais disparidades.

O autor usa conceitos próprios e o mais controverso é o de *capital*. Ele trata capital como sinônimo de riqueza, o que não se observa na literatura econômica. A constituição de um conceito não é um problema em si, mas confunde o leitor, ao, por exemplo, tratar da herança. Há distinção em herdar empresas, imóveis e capital financeiro. Como consequência disso, o retorno do capital (r) abarca aluguel, arrendamento, juros, lucros, ganhos com especulação, entre outros. Esses possuem remunerações e contribuições sociais heterogêneas. Adicionalmente, parte da riqueza não está no sistema produtivo, e ao se considerar toda ela, o r fica subestimado, o que abre espaço para falsas interpretações.

Há uma contradição interna em seu *approach*. Como o próprio autor demonstra, o período de égide liberal, tanto antes da PGM, quanto após 1980, foi o de maior crescimento da desigualdade. Mesmo sabendo que a dinâmica capitalista gera esse processo de liberalização e agudiza suas características, o autor o saúda.

Piketty faz críticas a Marx, mas é nítido que tem uma leitura rasa desse autor. Para Marx, o movimento do r não está na acumulação infinita e sim no aumento dos meios de produção em relação ao valor da força de trabalho, isso faz aumentar a produtividade do trabalho e cair a do capital. Ou seja, Marx mostra como se dá a apropriação da renda. Além disso, não há em Marx suposição de crescimento nulo da produtividade no longo prazo. Piketty tem seu objeto na distribuição, mas essa é a outra faceta da produção, ou seja, a análise não aprofunda a essência do modo capitalista de produção.

O autor não ignora que é a dinâmica capitalista que impõe essa divergência, mas apenas propõe correções via taxação do capital, ou seja, pelo ajuste no mecanismo de preços e não em políticas de rendas, mesmo que elogie o salário mínimo. Não considera a busca de ampliação da participação do trabalho na renda através de movimentos sindicais e de lutas proletárias, por exemplo. Piketty não teoriza sobre as crises capitalistas, mesmo que coloque a desigualdade como grande fonte da instabilidade financeira recente.

Ainda que crítico aos modelos tradicionais, Piketty deixa a poupança (s) em papel relevante em seu modelo, noção essa bastante controversa na teoria econômica. A ênfase na poupança é uma recorrência nos modelos

² Muitas considerações foram desferidas a Piketty. Algumas construtivas, outras apontando falhas e também aquelas que tentam desconstruir o seu trabalho. Dentre essas últimas, há a de Hunter Lewis, publicada pelo Ludwig von Mises Institute. Lewis (2014) considera que o argumento de Piketty é fraco, que alguns gráficos trazem “números loucos” e que Piketty teria dito que a desigualdade $r > g$ seria inevitável. Lewis, em certa medida, defende o crescimento da desigualdade porque isso ocorreu após uma queda muito grande daquela. Ele traz dois gráficos de Piketty que mostram a queda da apropriação dos mais ricos após 1920 e também da desigualdade. Esses gráficos invalidariam a tese do autor, já que tanto a desigualdade quanto a apropriação dos mais ricos caíram, indo de encontro à tendência que o autor expõe. Ao longo do livro, porém, Piketty explica que a queda ocorrida foi devido à tributação implementada no meio do século XX e aos ganhos de direitos sociais. Ou seja, Piketty explica as mudanças por fatores políticos. Ele também afirma que g pode ser maior do que r . Nitidamente Lewis não leu o livro antes de criticá-lo.

tradicionais de função de produção agregada para explicar o crescimento. Há, ainda, implícito nessa leitura a ocorrência de uma transformação automática da poupança em capital, sobretudo quando se considera que a poupança acumulada é capital (riqueza). Contudo, esse acúmulo pode não ser produtivo e pode não ativar a acumulação de capital e o crescimento econômico.

A principal crítica que se pode desferir ao livro é a relação entre política e economia na visão de Piketty. Ele observa que mudanças políticas corrigiram distorções distributivas no século XX e permitiram melhorias sociais. Embora o autor trate do poder econômico na política, ele parece subestimá-lo. As mudanças ocorridas no século XX não ocorreram por boa vontade e sim porque havia um contexto de crise, de guerra e da ameaça comunista estabelecida pela ordem internacional. Nas décadas de 30 a 70 os movimentos de esquerda cresceram pelo mundo, o que se tornou uma ameaça. No final da década de 70, os países com ideias socialistas estavam perdendo poder. Diante de uma nova crise econômica ocorrida na década de 70, houve mudança na política e na economia, o neoliberalismo, que fez aumentar as desigualdades. Assim, a mudança política só ocorre quando o capital é obrigado a ceder. Há dominação da esfera econômica sobre a política. Uma configuração mais social exige profundas alterações políticas e econômicas que não são de fácil consecução. A mobilidade de capitais, por exemplo, que está dentro do liberalismo que o autor compactua, é uma patente maneira de doutrinar os governos de acordo com os interesses do capital, além dessa aumentar o poder de influência política do capital. Caso o país não se enquadre na política econômica, há fuga de capitais, desvalorização cambial, elevação da inflação, escassez de crédito e possivelmente redução do investimento, que levará a uma crise e ao desemprego. E mesmo o liberalismo comercial permite ganhos de competitividade aos países com menos direitos sociais e menores salários. Países com sistemas de proteção social elevado têm muita dificuldade de competir via livre comércio com países sem esses direitos. Desse modo, a convivência de Estado Social com liberalismo comercial exige que todos os países tenham o mesmo nível de bem estar social, caso contrário, o liberalismo implodiria o sistema de proteção.

Nas críticas que o autor faz a Marx, considera que seus diagnósticos cataclísmicos não se realizaram. Há que ponderar se isso não ocorreu justamente porque Marx inflamou os movimentos socialistas que viabilizaram os direitos sociais e a melhor equidade. Assim, o próprio Marx pode ser um dos grandes responsáveis por suas conjecturas não se realizarem.

Piketty evoca o envolvimento político. Mas a política é coautora e, em certa medida, refém do processo de dominação do capital. Há necessidade de que a política altere o rumo concentrador ao qual o mundo caminha, mas é ingenuidade imaginar que isso ocorrerá com a adesão automática do capital.

Referências

LEWIS, Hunter. **Thomas Piketty's Improbable Data**. Ludwig von Mises Institute. Disponível em: <<http://mises.org/daily/6741/Thomas-Piketys-Improbable-Data>>. Acesso em 18 jul. 2014.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the twenty-first century**. Londres: The Belknap press of Harvard University press, 2014.